

As alterações climáticas já não se evitam...

Durante muitos anos, com particular incidência nos últimos dez, ouvimos falar que as Alterações Climáticas iriam mudar, substancialmente, a nossa forma de vida, condicionando a atividade económica com as limitações impostas por uma inevitabilidade que será sentida, não daqui 40 ou 50 anos, mas a breve trecho, de forma efetiva (e da qual já temos sinais no Presente).

É seguro dizer, pois, que até 2050 (ano central na análise ambiental) iremos sofrer muitos e variados efeitos do desequilíbrio do planeta, mas até lá, segundo as mais recentes notícias o calor ameaça matar mais 26 mil pessoas por ano na Europa já em 2020 (Expresso, 5 de junho 2019) isto “apesar de a União Europeia estar ativamente envolvida em reduzir as emissões de gases de efeito de estufa e em identificar as medidas de adaptação às alterações climáticas, a realidade é que continua a negligenciar os impactos do clima na saúde nas políticas que adota”. A ONU considera as Alterações Climáticas um dos dois principais problemas com que a Humanidade se defronta, a par com a Cibersegurança e plasmou a ação climática como um dos 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável da chamada Agenda 2030.

Não obstante todos os planos e estratégias definidas e muitas já discutidas nos últimos 30 anos (o relatório Brundtland data de 1987, altura em que se começou a falar-se em “futuro sustentável”) o que nós temos certo, neste momento, é que mesmo que avancemos para um modo de vida diferente, privilegiando a sustentabilidade ambiental em todas as políticas públicas e gestão quotidiana, não conseguiremos inverter o mal que foi feito e que sentiremos (estamos já a sentir) efeitos muito severos, como já foi referido, na nossa vida económica e social.

Só em Portugal, nos últimos 50 anos houve um decréscimo da precipitação média anual acumulado de cerca de 200mm...

Não será necessário ir muito atrás no tempo para lembrar os trágicos incêndios, ou a seca, que assolaram o país em 2017, e o custo humano, social e ambiental que representaram, assim como não podemos ignorar os 13 km<sup>2</sup> desaparecidos na erosão costeira, ou a constante ameaça de tornados, cada vez mais frequente.

Numa recente notícia (17 de junho de 2019) , foi dado a conhecer que, em apenas um dia, 40 por cento da Gronelândia derreteu, com uma perda recorde de 2 mil milhões de toneladas de gelo. Uma foto partilhada por um climatólogo tornou-se viral, ao expor o fenómeno abrupto de degelo. Enfim, as notícias são de tal forma alarmantes que alguns cientistas do Centro Nacional para a Restauração do Clima, na Austrália, estimam que o aquecimento global pode pôr em causa a sobrevivência humana já em 2050...! (Visão, 4 de junho de 2019).

A proliferação de notícias e de alertas sobre esta situação, fazem-nos crer que, já deveremos ir tarde na inversão do mal feito, mas estamos, ainda a tempo, para nos prepararmos para uma nova vida, com outros hábitos coletivos assentes em novas políticas públicas, com vista à ADAPTAÇÃO às Alterações Climáticas.

Na última Ovibeja (abril de 2019) teve lugar a apresentação pública do chamado Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo (disponível para consulta no site da CIMBAL)

Esta sessão (diga-se pouco participada por agentes públicos, eleitos locais em particular) apresentou um documento descritivo da situação atual (com 540 páginas) com, entre outras, medidas gerais, que deverão ser aplicadas para que todas as estruturas existentes possam ficar melhor preparadas para eventos decorrentes das Alterações Climáticas, tais como fenómenos extremos e os seus efeitos (tornados, secas, inundações, etc) e constitui um importante instrumento para a atividade pública/política dos próximos anos.

Já há consciência pública para o problema, vontade demonstrada em procurar soluções, convém agora, começar a ATUAR, com base nos estudos/planos/estratégias existentes, sob pena de termos notícias bastante desagradáveis nos próximos anos, em todos os setores da nossa vida coletiva.

É uma realidade nova (que estando prevista em todos os Programas Eleitorais, presente na cabeça de todos os decisores) deverá estar concretizada nas decisões presentes/futuras que envolvam recursos públicos.

Na construção de um equipamento público, na reabilitação urbana realizada, nos próprios hábitos de utilização de recursos naturais, os decisores políticos, já não terão a liberdade de conduzir as políticas no âmbito do “business as usual”.

Estando nós em período pré-eleitoral, têm surgido várias propostas para lidar com o problema, mas o que nós assistimos, de um modo geral, é que as palavras não têm passado aos atos...

Será que o conseguimos fazer em breve...??

Porque se isso não suceder TODAS as outras políticas, ações, projetos ou iniciativas estarão condenadas ao insucesso e toda nossa vida será bastante mais difícil e complicada e os custos, económicos e sociais, serão enormes!

As Alterações Climáticas são uma INEVITABILIDADE e afetarão TODOS, de uma maneira ou de outra.

Os decisores públicos têm o DEVER de procurar, preparar com ações concretas, as nossas comunidades e territórios para o que aí vem...